

TRANSITIVIDADE NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Bárbara Bremenkamp Brum

UFES

Lúcia Helena Peyroton da Rocha

UFES

***Resumo:** O presente estudo teve sua motivação nas pesquisas realizadas no Núcleo de Pesquisas em Linguagens (NPL), da Universidade Federal do Espírito Santo, coordenado pela professora doutora Lúcia Helena Peyroton da Rocha, que focaliza temas ligados à transitividade, sobretudo em gêneros textuais diversos (tirinhas, charges, canções, propagandas e manchetes). Esta pesquisa analisa artigos de opinião coletados do Jornal “A Gazeta” da cidade de Vitória – ES, publicados no período de Março e Abril de 2015, a partir da proposição dos Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980). Com vistas à identificação das características linguísticas que se relacionam às motivações pragmáticas dos usuários da língua, buscamos demonstrar por meio da aferição da transitividade em sentenças de artigos de opinião, como esse fenômeno está ligado às intenções do falante na construção de seu discurso. A identificação de algumas dessas relações é observada em nosso estudo, como o fato de que o falante articula seu discurso com sentenças de transitividade mais elevada quando o tema tratado é humano do que quando o tema tratado não é humano. Além disso, também foi possível observar que as relações pragmáticas que envolvem o discurso influenciam no fenômeno da transitividade. A presente pesquisa contribui para o desenvolvimento das discussões em torno da transitividade na perspectiva funcionalista da linguagem, mostrando como esse fenômeno se dá no gênero artigo de opinião.*

Abstract: *The present study had its motivation in research conducted at the Núcleo de Pesquisas em Linguagens (NPL) of the Federal University of Espírito Santo, coordinated by Professor Dr. Lucia Helena Peyroton da Rocha, which focuses on issues related to transitivity, particularly in various genres (comic strips, cartoons, songs, advertisements and headlines). This research analyzes collected articles of opinion of the newspaper "Gazeta" the city of Vitoria - ES, published between March and April 2015, from the proposition of Transitivity Parameters of Hopper and Thompson (1980). With a view to identifying linguistic characteristics that relate to pragmatic motivations language users, we demonstrate through the measurement of transitive sentences in opinion articles, as this phenomenon is linked to the speaker's intentions in building your speech. Identifying some of these relationships we are observed in our study, such as the fact that the speaker articulates his speech with higher transitivity sentences when the treaty subject is human than when the treaty issue is not human. Moreover, it was also observed that the pragmatic relations involving the speech influence the transitivity phenomenon. This research contributes to the development of the discussions around the transitivity in the functionalist perspective of language, showing how this phenomenon occurs in gender opinion piece.*

1. Introdução

O interesse pela investigação da transitividade tem sido o ponto de partida das pesquisas desenvolvidas durante a graduação e, agora, na pós-graduação. No Núcleo de Pesquisas em Linguagens (NPL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), coordenado pela Professora Doutora Lúcia Helena Peyroton da Rocha, do qual participam alunos e professores, são realizados estudos em torno da transitividade com ênfase na língua em uso.

Embora seja muito discutido e estudado, o fenômeno da transitividade mostra-se extremamente complexo, revelando que ainda há muito o que se investigar, sobretudo em situações de uso da língua.

A complexidade da transitividade reside no fato de ser este um fenômeno não puramente gramatical, mas também discursivo.

Sendo a comunicação a principal função da língua, é possível tratar a transitividade como um elemento discursivo que está a serviço, principalmente, das intenções e necessidades do falante.

Cabe pontuar, nesse sentido, a importância de se considerar a língua em uso ao se analisar qualquer fenômeno linguístico, que é a principal premissa da teoria funcionalista da linguagem, na qual esta pesquisa se ancora. A diferença entre formalismo e funcionalismo tem sido abordada por diversos teóricos desde o século XX. É importante constatar, portanto, que essas duas vertentes da Linguística se distinguem, sobretudo, na estratégia com que abordam determinado fenômeno linguístico, e também no tratamento que dispensam à Gramática e ao discurso. Para o paradigma formal, a língua deve ser analisada centrada nela mesma, considerando suas propriedades internas e excluindo o discurso de suas reflexões. Já para o paradigma funcional, a língua deve ser contextualizada na interação verbal, sendo, portanto, o discurso fundamental.

Nosso objetivo precípua consiste em aferir o grau de transitividade de sentenças em artigos de opinião, com vistas a analisar como se dá a construção de sentido nesse gênero textual. Daí, desdobram-se outros objetivos: identificar em que medida a transitividade atua como um elemento discursivo em artigos de opinião, buscando identificar as relações pragmáticas que envolvem essa transitividade e a intenção de defesa da tese dentro desse gênero textual, além de contribuir com o desenvolvimento de pesquisas sobre a transitividade, uma vez que são escassos os estudos a respeito desse fenômeno nos gêneros textuais.

Para tanto, tomamos como aporte teórico o funcionalismo linguístico norte-americano de Givón (2001). Além disso, aplicamos os Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980) em artigos de opinião coletados do jornal *A Gazeta* de Vitória, Espírito Santo, no período de Março e Abril de 2015. De um universo de 50 artigos de opinião observados em nossa pesquisa, selecionamos seis (6) para análise.

A motivação para esta investigação surge a partir do estudo realizado por Hopper e Thompson (1980), em que os autores investigam a transitividade e sua relação com o discurso em textos narrativos e deixam em aberto, ao final, a possibilidade de se trabalhar dentro dessa

perspectiva com outros gêneros textuais. É importante ressaltar a escassez de trabalhos que investigam a transitividade nos gêneros textuais, em especial a respeito do gênero artigo de opinião. Este estudo pretende demonstrar, portanto, o comportamento da transitividade nesse gênero textual especificamente.

Acreditamos que a transitividade seja um fenômeno sintático que está intimamente relacionado à construção do discurso. A nossa hipótese é a de que em determinada parte do artigo de opinião a transitividade seja mais elevada no momento em que o autor estiver defendendo um ponto de vista, colocando-se no texto para fortalecer seu posicionamento, e seja mais baixa quando a intenção não estiver relacionada à defesa da tese, mas com finalidades diversas, como em explicações e descrições. Esse estudo é capaz de demonstrar, portanto, como o fenômeno em questão influencia as escolhas discursivas do usuário da língua.

2. O problema da transitividade

A comunicação humana sempre foi algo que despertou o interesse do homem. Compreender os fenômenos que permeiam essa comunicação, além de identificar os elementos que garantem um bom enunciado são desafios que aqueles que se debruçam sobre os estudos linguísticos enfrentam há muito tempo.

Para a Gramática Tradicional, o estudo da transitividade, uma das partes mais importantes da sintaxe para as línguas indo-europeias, é realizado tendo como base o modelo construído pelos estudos clássicos: agente-ação-objeto, que supõe a passagem de uma ação de um sujeito para um objeto. Observando esse viés metodológico, são encontrados problemas, uma vez que a análise das línguas atuais ainda conta com a terminologia e com os conceitos baseados naqueles aplicados outrora nas línguas clássicas, como o latim e o grego (CANO AGUILAR, 1981).

O estudo da transitividade verbal é motivado pelas inúmeras dificuldades encontradas por docentes e discentes ao buscarem sua definição em manuais de gramática que, muitas vezes, mais desorientam do que orientam por levarem em consideração ora a concepção morfossintática, ora a concepção semântica do fenômeno eleito para este estudo. Um exemplo disso pode ser observado na

proposição de Said Ali (1964), que classifica os verbos nocionais como transitivos e intransitivos. Para o autor:

TRANSITIVO é o verbo cujo sentido se completa com um substantivo em lugar do qual se podem usar as formas pronominais O, A, OS, AS. INTRANSITIVOS são os verbos que não necessitam de outro termo, como *viver*, *morrer*, *andar*, e bem assim são aqueles cujo sentido se completa com substantivo regido sempre de preposição (SAID ALI, 1964, p. 94).

Nessa perspectiva, os verbos que necessitam de complemento preposicionado são considerados intransitivos (como “O ensino compete ao mestre”), uma vez que aqui opera o conceito latino de transitividade (*transitivus*, que vai além) em que um verbo é considerado transitivo apenas se possuir uma passiva correspondente (“Eu comprei o livro” > “O livro foi comprado por mim”).

Além deste, outros gramáticos destoam da noção de transitividade apresentada pela *Nomenclatura Gramatical Brasileira* de 1959 (de agora em diante, NGB), criada com o objetivo de estabelecer uma divisão de conteúdos, definindo a nomenclatura que deveria ser utilizada por professores no ensino de gramática. A NGB (1959) divide os verbos em transitivos (diretos e indiretos), intransitivos e de ligação.

Cunha e Cintra (2001) dividem os verbos em transitivos e intransitivos. Dentro do escopo dos transitivos, estão os: diretos, indiretos e diretos e indiretos.

Kury (1985, p.50), ao tratar dos complementos verbais, define o complemento adverbial como “o termo de valor circunstancial que completa a predicação de um verbo transitivo adverbial” e afirma que este pode ser expresso por um advérbio, uma locução ou uma expressão adverbial.

Embora participante da elaboração da NGB (1959), assim como Celso Ferreira da Cunha, Rocha Lima (2004) considera a seguinte classificação quanto à transitividade verbal: intransitivos, transitivos diretos, transitivos indiretos e bitransitivos. Rocha Lima (2004) divide ainda os complementos verbais em complemento circunstancial (“Morar *em Paquetá*”) e complemento relativo (“assistir a um baile – assistir *a ele*”).

Assim, é possível vislumbrar um pouco da divergência classificatória existente entre as abordagens dos próprios gramáticos com relação à transitividade, pois, para Kury (1993) e Rocha Lima (2004), por exemplo, o verbo *morar* seria considerado um verbo transitivo adverbial e transitivo circunstancial respectivamente (“Ana mora em Vitória”), enquanto para gramáticos como Said Ali seria considerado um verbo intransitivo.

O dicionário Aurélio (2010) apresenta a classificação do verbo *morar* como verbo transitivo circunstancial, enquanto o dicionário Houaiss (2001) apresenta a classificação de verbo transitivo indireto para o verbo em questão. Além destes, Luft (2008), em seu “Dicionário Prático de Regência Verbal”, classifica o verbo *morar* como sendo predicativo locativo.

Dentro dos estudos linguísticos, a transitividade pode ser observada sob um olhar estruturalista. No entanto, no que concerne a esta teoria linguística, o fenômeno da transitividade não recebeu muita atenção. Poucos estruturalistas atentaram para a transitividade, entre os quais se destacam Andreas Blinkenberg, Charles Bally e Lucien Tesnière (CANO AGUILAR, 1981).

Na verdade, uma das grandes lacunas do Estruturalismo foi mesmo a sintaxe, uma vez que considerava que a oração era somente o lugar em que se combinavam os elementos da língua isolados pela análise da gramática estrutural. Para os estruturalistas, “a frase pertence à fala e não à língua (...), pois é próprio da fala a liberdade das combinações” (BALLY; SECHEHAYE, 1972). Por conta disso, a gramática gerativa acusa o estruturalismo de “taxonômico” e de ser um mero classificador de elementos, crítica esta que constituiu um dos tópicos mais discutidos pelo gerativismo.

De fato, no estruturalismo, a linguística estava limitada, restrita à rede de dependências internas nas quais os elementos que compõem a língua se estruturam, não podendo ir além dessa estrutura.

Segundo Cano Aguilar (1981), muitos linguistas rejeitam a divisão dos verbos em transitivos e intransitivos, uma vez que, para eles, seria necessária apenas uma diferenciação entre as suas estruturas de predicado como simples (intransitivos) e complexas (transitivos).

Para a Gramática Gerativa, a transitividade é uma propriedade do item lexical. Deste modo, muitos estudiosos propõem o

estabelecimento de regras de subcategorização, pelas quais é possível, por exemplo, organizar os verbos em diferentes subclasses, tendo em vista o número de argumentos que eles selecionam e as características sintático-semânticas que esses argumentos devem possuir para que se formem sentenças gramaticais. Por hipótese, as propriedades referentes à estrutura argumental do verbo vêm marcadas desde o componente lexical, que é acessado pelo componente sintático para a formação de unidades complexas. Acredita-se que as propriedades semânticas impostas aos argumentos do verbo sejam universais, muito embora a codificação possa variar em função das línguas em jogo. Assim, o verbo “gostar” prototipicamente seleciona sujeito Experienciador e complemento Causador de Experiência, embora, no português, o complemento seja um SP e, no inglês, um SN. Em princípio, pode-se, portanto, assumir que a grade argumento do verbo reflete, pelo menos em parte, o modo como apreendemos o mundo.

3. A transitividade na perspectiva funcionalista

Para Givón (2001), a transitividade corresponde a um fenômeno complexo em que atuam os componentes sintático e semântico. Um evento transitivo prototípico é definido por suas propriedades semânticas do agente, paciente e verbo na oração, sendo, portanto, o agente intencional, ativo (agentividade); o paciente concreto e afetado (afetamento); ser um evento concluído, pontual (perfectividade). Segundo o autor, um item mais prototípico de uma categoria tende a ser processado automaticamente, ao passo que um item menos prototípico demandará um esforço maior do destinatário para compreender seu significado proposicional.

A transitividade na perspectiva de Givón (2001) compreende uma noção gradiente e não dicotômica, diferentemente do que se observa na Gramática Tradicional. A transitividade é gradiente porque a mudança que ocorre no objeto é uma questão de grau e também por depender de mais de uma propriedade para ser identificada. Sendo, também, ligada à semântica dos verbos, em que a transitividade prototípica refere-se à um objeto que é completamente afetado pela ação verbal.

Os autores Hopper e Thompson (1980), em seu texto clássico “Transitivity in grammar and discourse”, consideram que a transitividade é um fenômeno escalar e que deve ser visto num *continuum*, condicionada por fatores sintáticos, semânticos e

discursivos. Para eles, a transitividade prototípica corresponde à transferência de ação de um agente para um paciente e à efetividade com a qual uma ação ocorre.

No texto de 1980, os autores analisam textos de narrativas para aplicar os Parâmetros de Transitividade, que correspondem a dez parâmetros sintático-semânticos elaborados para aferir o grau de transitividade de uma sentença. Embora sejam considerados independentes, cada um desses dez parâmetros atua em conjunto com os demais na língua, uma vez que sozinhos não são capazes de estabelecer o grau de transitividade de uma determinada sentença. Por exemplo, se considerarmos uma sentença como “Paula chegou na escola”, ao analisarmos a transitividade, segundo a perspectiva da Gramática Tradicional, teremos uma oração intransitiva. No entanto, com base nos parâmetros de Hopper e Thompson (1980), temos sete traços confirmados: cinese, perfectividade, pontualidade, intencionalidade do sujeito, polaridade afirmativa, modo *realis* e sujeito agente, sendo, portanto, de alta transitividade.

Embora os linguistas partam de uma visão tradicional de transitividade, que corresponde a uma atividade que é transportada/transferida de um agente para um paciente, envolvendo, portanto, ao menos dois participantes e uma ação tipicamente efetivada de alguma forma, segundo Hopper e Thompson (1980), a transitividade é uma propriedade da cláusula inteira, e não apenas do verbo como designam os gramáticos tradicionais.

Os Parâmetros de Transitividade sugerem uma escala em que a transitividade pode ser aferida de acordo com cada parte isolada que compõe a noção de transitividade de uma sentença. Cada componente da transitividade envolve, assim, uma faceta diferente da efetividade ou da intensidade com que uma ação é transferida entre os participantes. A função dos Parâmetros de Transitividade é assinalar os elementos salientes no discurso que caracterizam a oração transitiva prototípica. O quadro a seguir elenca os Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980):

COMPONENTES	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
Participantes	Dois ou mais	Um
Cinese	Ação	Não ação
Aspecto	Perfectivo	Não Perfectivo
Pontualidade	Pontual	Não pontual
Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
Modalidade da oração	Realis	Irrealis
Agentividade	Agentivo	Não agentivo
Afetamento do objeto	Objeto totalmente afetado	Objeto não afetado
Individualização do objeto	Objeto individuado	Objeto não individuado

Quadro 1: Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980, p.2).

O último traço, que corresponde à individuação do objeto deve ser aferido a partir do seguinte quadro:

INDIVIDUADO	NÃO INDIVIDUADO
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Referencial, definido	Não referencial

Quadro 2: propriedades da individuação por Hopper e Thompson (1980, p.3)

Hopper e Thompson (1980) demonstram a importância de se analisar os fenômenos linguísticos de forma gradiente, num *continuum*,

ou seja, em sequência, afirmando que muitos fatos gramaticais das línguas do mundo podem ser contabilizados se a transitividade for vista em um *continuum*. Além disso, o fato de que a transitividade é composta e que é, portanto, uma questão da cláusula inteira, e não somente a relação entre o verbo e o seu objeto, é, sem dúvida, uma grande contribuição elencada pelos autores e o que fornece a base para a análise a partir dos parâmetros listados. Essa proposição difere do que foi postulado pela Gramática Tradicional, que considera que a transitividade é uma propriedade do verbo apenas, não levando em conta os demais elementos que compõem a significação.

4. O gênero artigo de opinião

Apresentaremos, de forma breve, a concepção de gênero artigo de opinião, levando em consideração abordagens de linguistas e também de manuais jornalísticos, como o jornal *Folha de S. Paulo*.

São muitos os gêneros textuais existentes e, por isso, muitas vezes é difícil classificá-los de maneira unívoca, uma vez que alguns são determinados pelos aspectos formais, enquanto outros pela sua função (MARCUSCHI, 2008). Sendo assim, os variados gêneros textuais não se caracterizam por formas estruturais fixas e definidas, mas sim influenciados pelas diversas esferas da atividade humana, servindo a determinados objetivos específicos em situações sociais particulares.

Para Bakhtin (2000), a língua é considerada um instrumento social, histórico e cognitivo, permitindo, assim, ao indivíduo intervir e agir no meio em que está inserido. E é por meio do uso dos gêneros textuais que essa inserção se torna possível.

Segundo Bakhtin:

[...] todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua (BAKHTIN, 2000, p. 279).

Marcuschi (2002) discute a formação dos gêneros textuais e afirma que estes são altamente maleáveis e surgem das necessidades e das atividades sócio-comunicativas e culturais dos usuários da língua, o que

pode ser facilmente percebido se forem considerados os inúmeros gêneros textuais existentes.

Para o autor:

[...] em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos serão as funções. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente (MARCUSCHI, 2002, p. 21).

Os gêneros textuais podem ser encontrados nas modalidades oral e escrita. Marcuschi (2001, p.37), afirma, no entanto, que "as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do continuum tipológico das práticas sociais da produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos".

O artigo de opinião, gênero textual eleito para a investigação nesta pesquisa, é um texto jornalístico argumentativo que se caracteriza por expor a opinião do seu autor. Pode ser chamado de matéria assinada ou coluna (quando substitui uma seção fixa do jornal). O artigo de opinião é um gênero que contém sempre um título polêmico ou provocador e expõe uma ideia ou ponto de vista sobre algum assunto específico a ser discutido. Conforme Rodrigues, nesse gênero, interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, do que a sua análise e a posição do autor frente ao tema (RODRIGUES, 2007, p. 174).

Embora seja, na maioria das vezes, um gênero livre, que expressa a opinião do próprio autor sem ter relação com a opinião do jornal ou revista em que é veiculado, alguns jornais têm a prática de editar artigos que não estejam em consonância uns com os outros (artigos de opinião) e com a opinião do veículo, como o jornal *Folha de S. Paulo*, que determina:

A Folha tem por princípio editar artigos que expressem pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema. (...) Embora a responsabilidade jurídica pelo artigo caiba a quem o assina, a responsabilidade jornalística e política cabe ao jornal (MANUAL DA FOLHA, 2001, p. 107).

Este gênero textual pode aparecer com linguagem objetiva, em 3ª pessoa, ou subjetiva, em 1ª pessoa, além de utilizar predominantemente

verbos no presente, também é constituído, na maior parte das vezes, por três partes principais: exposição da ideia (apresentação do tema), interpretação e opinião. A opinião é, comumente, apresentada com liberdade na expressão dos argumentos e exige um bom direcionamento pessoal. Embora essas estruturas sejam mais comuns, é possível que existam artigos de opinião elaborados de maneiras distintas, considerando a natureza instável dos gêneros textuais. Segundo Barbosa e Rabaça (2005), em seu *Dicionário de Comunicação*, o artigo é caracterizado como um:

Texto jornalístico interpretativo e opinativo, mais ou menos extenso, que desenvolve uma ideia ou comenta um assunto a partir de determinada fundamentação. Geralmente assinado, o artigo difere do editorial por não apresentar enfaticamente, como este, uma “receita” para a questão em pauta, nem representar necessariamente a opinião da empresa jornalística (BARBOSA, RABAÇA, 2005, p. 42).

Considerando nossa hipótese, a escolha do gênero artigo de opinião se justifica justamente por ser este um gênero que difere das narrativas, já trabalhadas nessa perspectiva por Hopper e Thompson (1980). Tratam-se também de textos que envolvem forte argumentação e exposição de fatos, o que permite a identificação da intencionalidade discursiva do usuário da língua e que permite-nos relacionar essas intenções ao fenômeno da transitividade.

Em jornais e revistas de grande circulação no Brasil, há pessoas específicas responsáveis pelos artigos de opinião publicados diariamente. São pessoas, geralmente, que possuem algum destaque social e/ou jornalistas que trabalham escrevendo as colunas todos os dias.

Optamos por coletar artigos de opinião do jornal *A Gazeta* da cidade de Vitória, no Espírito Santo. Este jornal é o mais antigo em circulação no estado e atinge um grande número de leitores. O jornal *A Gazeta*, diferentemente do que se vê na maior parte de jornais e revistas no Brasil, costuma dar voz a pessoas “comuns” na hora de escolher seus articulistas. Comumente, vê-se estudantes, magistrados, atores, arquitetos, advogados, professores, entre outros, escrevendo as colunas de artigos de opinião de *A Gazeta*. Neste jornal, o artigo de opinião se

caracteriza como um gênero bastante democrático, em que qualquer pessoa pode ser articulista e é comum que os artigos de opinião publicados nos jornais sejam assinados pelos mais diferentes indivíduos da sociedade, não somente por jornalistas.

Essas pessoas são escolhidas para falarem de temas que dominam e nos quais estão inseridos diretamente. Assim, argumentam e expõem fatos a respeito dessas temáticas, mostrando que, de fato, compreendem e conhecem a questão discutida.

5. A análise do *corpus*

Com vistas à identificação do grau de transitividade de sentenças nos artigos de opinião, para a realização desta pesquisa, o *corpus* foi composto por 6 artigos de opinião coletados semanalmente do jornal *A Gazeta*, da cidade de Vitória – ES, entre os meses de Março e Abril de 2015. No total, foram analisadas 130 sentenças.

Tendo caráter qualitativo, esta pesquisa não prioriza a quantificação dos dados. Nosso interesse consiste em realizar uma análise que promova a discussão das características linguísticas de cada um dos artigos de opinião de forma detalhada. O referencial teórico eleito foi o Funcionalismo, que permite a investigação da língua em uso e suas particularidades no processo comunicativo.

A investigação dos gêneros textuais “engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade” (MARCUSCHI, 2008, p. 149). Utilizar o gênero artigo de opinião na análise aqui empreendida revela-se importante, uma vez que nos permite identificar na linguagem em funcionamento o comportamento da transitividade.

A importância de se analisar o gênero artigo de opinião reside no fato de ser este um texto argumentativo ainda pouco investigado, sobretudo com respeito à transitividade. Além disso, Hopper e Thompson (1980) não estudaram textos argumentativos e sua relação com o fenômeno da transitividade.

Também é possível notar a influência da transitividade nesse gênero textual, de forma que determinados trechos com transitividade mais elevada ou mais reduzida revelam particularidades que caracterizam esse gênero. Com relação à aferição da transitividade utilizando os parâmetros e para nortear nossa análise, seguimos a seguinte divisão: cláusulas com até três traços marcados positivamente foram

consideradas de transitividade baixa, cláusulas que tinham entre 4 e 6 traços marcados positivamente foram consideradas de média transitividade e cláusulas com 7 ou mais traços marcados positivamente foram consideradas de alta transitividade, conforme quadro a seguir:

Grau de transitividade	Quantidade de traços marcados positivamente
Baixa	Até 3 traços
Média	Entre 4 e 6 traços
Alta	7 ou mais traços

Quadro 3: graus de transitividade

Essa divisão permite uma categorização dos diferentes graus de transitividade nas sentenças dos artigos de opinião para que, ao final, seja possível estabelecer as características que corroboram a transitividade mais alta ou mais baixa dentro do texto analisado.

Em primeira instância, é preciso relatar que a nossa hipótese se confirmou, ao menos em parte, nos dados analisados, uma vez que observou-se que os verbos de ação nos textos analisados aparecem principalmente quando o articulista defende uma opinião, revelando um grau de transitividade mais elevado do que quando o autor apenas procura definir ou descrever algum fato, conforme o exemplo abaixo, em que em todas as sentenças com os verbos de ação destacados a transitividade foi classificada como alta:

(1) *“Embora saibamos que existem juízes fantásticos, sabemos também que existem magistrados fechados em suas redomas de vidro, que se recusam a receber advogados (ou os recebem muito mal) – mas escancaram as portas para membros do MP ou delegados -, ignorando as defesas e as teses apresentadas, colocando-se na posição de*

verdadeiros combatentes do crime, o que está longe de ser a função de um magistrado.” Trecho do artigo “Tempos difíceis”.

Porém, em outros trechos, nos quais não figuravam verbos de ação, a transitividade não se mostrou mais elevada quando o autor demonstra seu posicionamento frente ao tema. Ao contrário, a transitividade mais elevada foi encontrada, em sua maior parte, em sentenças que tinham o objetivo de expor a temática discutida e também em trechos de interpretação dessa temática.

A razão dessa diferença, possivelmente, reside no fato de no texto clássico de Hopper e Thompson (1980) a análise empreendida ter sido realizada com base em narrativas e estas têm comportamento distinto de textos argumentativos, como o artigo de opinião, em relação ao fenômeno da transitividade.

Observamos que, na maioria dos artigos analisados, utiliza-se o chamado presente histórico. Esse recurso linguístico surge quando o usuário da língua pretende relatar um acontecimento passado, mas utiliza verbos no presente para indicar que o relato é bastante atual. Trata-se de um recurso muito utilizado em manchetes de jornais. O excerto a seguir faz parte do artigo de opinião “Repensar as Metrôpoles” e ilustra essa característica:

(2) “A recorrente aprovação do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/15) estabelece conceitos e diretrizes para a governança interfederativa e tem por base o pressuposto de que algumas atividades metropolitanas só serão exequíveis se consideradas no âmbito de função pública de interesse comum.” (Grifos nossos)

O artigo de opinião que não demonstrou predominância dessa característica de utilizar o presente histórico foi o intitulado “Desperdício histórico” que versa sobre a história do Espírito Santo desde a época em que era uma Capitania Hereditária e, contando algo que faz parte da história do país, privilegiou verbos no passado, apresentando grande número de sentenças com o traço de perfectividade. Possivelmente, esse ponto observado se deve por serem as informações relatadas parte da história comprovada e não críticas e opiniões apresentadas pelo autor, como é mais comum observar em textos que compõem esse gênero textual.

Foi possível notar também que são utilizados, muitas vezes nos artigos de opinião, verbos de ligação, uma vez que o autor sempre busca apresentar o fato discutido com muitas explicações e esses verbos têm a função de definir o que está sendo tratado:

(3) “*Alguns exemplos são os grupos Repertório, Folgazões, Z, Makuamba, Vira-lata, Boyasha e Confraria, na Grande Vitória, e os coletivos Circo-Teatro Capixaba, Gota, Pó e Poeira e Rerigtiba, no interior.*” (Grifos nossos) - Trecho do artigo “Conquistas e desafios do teatro capixaba”.

Outro aspecto que chamou a atenção nos artigos analisados foi que quando o tema de discussão está relacionado a um elemento humano, a transitividade ao longo de todo o texto se mostra oscilando entre média e alta, como foi o caso do artigo intitulado “Tempos difíceis”, que faz uma crítica a magistrados e a sua forma questionável de exercer sua função jurídica, e também o artigo intitulado “Conquistas e desafios do teatro capixaba”, que discute a situação de grupos de teatro no Espírito Santo, que representam metonimicamente os atores do estado.

Por outro lado, em artigos como os intitulados “Repensar as metrópoles” e “Pagou, passou”, a transitividade se mostrou oscilando entre baixa e média na maior parte do texto, uma vez que tratam, respectivamente, do problema das cidades no Brasil e dos cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos com irregularidades, sendo, portanto, temas relacionados a elementos não-humanos.

Das 130 sentenças analisadas nos 6 artigos de opinião selecionados, pudemos identificar que o grau predominante foi o de baixa transitividade, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Artigos de opinião	Transitividade alta	Transitividade média	Transitividade baixa	Total
Repensar as metrópoles	1	8	11	20
Tempos difíceis	12	14	7	33
Pagou, passou	1	6	11	18
Desperdício histórico	8	5	2	15

Conquistas e desafios do teatro capixaba	5	4	8	17
Juízes divergentes	4	7	14	25
Total	31	44	53	130

Quadro 4: Descriminação quantitativa dos graus de transitividade evidenciados

Apesar de nossa análise possuir caráter qualitativo e não quantitativo, com o quadro, pudemos observar que o grau predominante de transitividade nos artigos de opinião do jornal *A Gazeta* foi baixa, seguido de sentenças de transitividade média e, por fim, sentenças de transitividade considerada alta, diferente do que foi evidenciado pelas pesquisas de Hopper e Thompson (1980) em relação às narrativas, nas quais a transitividade é predominantemente alta.

5. Considerações finais

Esta pesquisa analisou artigos de opinião retirados do Jornal *A Gazeta*, de Vitória, no Espírito Santo, com vistas à identificação do grau de transitividade das sentenças que compõem esse gênero textual. Para tanto, foram utilizados os Parâmetros de Transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980).

É característica do artigo de opinião possuir em cada parágrafo uma ideia central que é apresentada e defendida pelo autor. Ainda assim, notamos que nem sempre quando há a apresentação do tema a transitividade é mais baixa se comparada ao momento da defesa da tese. Porém, a transitividade se mostrou alta quando eram encontrados verbos de ação no momento de defesa da tese, ou seja, quando o autor se posiciona para expor sua opinião nas sentenças analisadas.

Os dois primeiros artigos analisados tratam de temáticas distintas: o primeiro argumenta sobre as condições precárias das metrópoles brasileiras, enquanto o segundo critica a atuação de magistrados que agem de forma corrupta e por interesse. Sendo assim, notamos que quando o tema do artigo aborda um elemento humano, a transitividade, ao longo de todo o texto, é mais alta do que quando esse elemento analisado é inanimado. O mesmo pode ser observado em outros três artigos, que traziam temas ligados à irregularidade dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, o desperdício de água que vem desde os tempos

do Brasil Colonial e a questão de seguir ou não a lei à risca e suas implicações na sociedade. Também o artigo que tratava dos grupos de teatro no Espírito Santo demonstrou transitividade mais alta que os demais, por discorrer sobre um elemento humano.

Por ser característica do artigo de opinião utilizar verbos no presente, mesmo para situações ocorridas no passado (de todos os artigos analisados, apenas um não apresentava um maior número de verbos no presente), é muito utilizado o presente histórico, um recurso narrativo que sugere a atualidade dos fatos narrados e procura causar maior impacto, mesmo que os fatos tenham acontecido no passado.

Considerando que a transitividade prototípica privilegia um sujeito agente, intencional e um objeto afetado e individuado, podemos relacionar este fato às proposições de Hopper e Thompson (1980), uma vez que esses traços foram muito recorrentes nos artigos que apresentaram alta transitividade e que tinham como tema um elemento humano.

Foi possível estender a proposta de Hopper e Thompson (1980) para além das narrativas, utilizando como *corpus* de análise o artigo de opinião. Além disso, esse trabalho pôde mostrar como a gramática se relaciona com o discurso, pois um fenômeno gramatical, como a transitividade, tem relação com a construção do discurso, com as escolhas que o usuário da língua faz.

Conclui-se, portanto, que características linguísticas, como o fenômeno da transitividade, estão relacionadas diretamente às motivações pragmáticas dos usuários da língua e que sua investigação, então, se mostra muito relevante.

Referências bibliográficas

- AGUILAR, R. C. (1981). *Estructuras Sintácticas Transitivas en el Español Actual*. Madrid/Espanha: Editorial Gredos S. A.
- AMORIM, C. M. S.; ROCHA, L. H. P.. (Orgs.). (2008). (In) *Transitividade na Perspectiva Funcionalista da Língua*. Vitória: Edufes.
- BAKHTIN, M. (2000). Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BALLY, C.; SECHEHAYE, A. (Orgs.). (1972). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.

- BARBOSA, G.; RABAÇA, A. (2001). *Dicionário de comunicação*. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. (2001). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. (2011). *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez.
- FERREIRA, A. B. de H. (2010). *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). (2003). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A.
- GIVÓN, T. (1995). *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- _____. (2001). *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, V. 1.
- HOPPER, P. J. (1979). Aspect and Foregrounding in Discourse. In: *Discourse and syntax*. Ed. By Talmy Givón. New York: Academic Press, p.213-41.
- HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. (1980). *Transitivity in grammar and discourse*. *Language*, Baltimore, v. 56, n. 2.
- HOUAISS, A. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva.
- LUFT, C. P. (2008). *Dicionário Prático de Regência Verbal*. 8. ed. São Paulo: Ática.
- Manual de Redação*: Folha de São Paulo. (2001). São Paulo: Publifolha.
- MARCUSCHI, L. A. (2001). *Da fala para a escrita: atividades de retextualizações*. 3. ed. São Paulo: Cortez.
- MARCUSCHI, L. A. (2002). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva.; MACHADO, Anna Rachel.; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.). *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- MARCUSCHI, L. A. (2008). *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial.
- NEVES, M. H. M. (1994). *Uma visão geral da gramática funcional*. ALFA, v. 38. p. 109-127.
- _____. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- KURY, A. G. (1993). *Novas Lições de Análise Sintática*. 9ª ed. São Paulo: Ática.
- ROCHA LIMA, C. H. (1998). *Gramática normativa da língua portuguesa*. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- ROCHA, L. H. P.; DIAS, L. F.(Orgs.). (2014). *Questões linguísticas: abordagens funcionalistas*. Vitória: GM.
- RODRIGUES, R. H. (2007). Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: abordagem de Bakthin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; ROTH, Desirée Motta. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 154-183.
- SAID ALI, M. (1963). *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3. ed. Brasília: ed. Da Universidade de Brasília.
- SOUZA, E. R. . (Org.). (2012). *Funcionalismo: Novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto.
- TRASK, R. L. (2011). *Dicionário de linguagem e linguística* / R. L. Trask; tradução Rodolfo Ilari; revisão técnica Igedore Villaca Koch. Thaís Cristófaró Silba. 3. ed. São Paulo: Contexto.

Palavras-chave: funcionalismo, transitividade, artigo de opinião.

Keywords: functionalism, transitivity, opinion article.